





## Direção Nacional do PDT

QUADRIÊNIO 2022-2026

PRESIDENTE

Carlos Roberto Lupi

VICE-PRESIDENTE André Peixoto Figueiredo Lima

VICE-PRESIDENTE

Ciro Ferreira Gomes

VICE-PRESIDENTE

Miguelina Paiva Vecchio

SECRETÁRIO Manoel Dias

SECRETÁRIO ADJUNTO André Roberto Menegotto

TESOUREIRO

Marcelo de Oliveira Panella

CONSULTORA JURÍDICA

Mara de Fátima Hofans

SEC. DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Juliana Brizola

VOGAL Sirley Soares Soalheiro

VOGAL

Marli Rosa de Mendonça

LÍDER NO SENADO FEDERAL Sen. Cid Ferreira Gomes LÍDER NA CÂMARA FEDERAL André Peixoto Figueiredo Lima

Andre Peixoto Figueiredo Lim

RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Márcio Ferreira Bins Ely

VICE-PRESIDENTE REGIONAL CENTRO-OESTE Flávia Morais

VICE-PRESIDENTE REGIONAL SUL Darci Pompeo de Mattos

VICE-PRESIDENTE REGIONAL SUDESTE

Antônio Sérgio Alves Vidigal VICE-PRESIDENTE

REGIONAL NORDESTE
Ronaldo Augusto Lessa Santos

VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORTE Antônio Waldez Góes da Silva

Antônio Waldez Góes da Silva
VICE-PRESIDENTE DE

VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES PARLAMENTARES Antônio Fernandes dos Santos Neto

SECRETÁRIO
NACIONAL DE FINANÇAS
Eduardo Martins Pereira

SECRETÁRIA NACIONAL DE DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA Kariadine de Maria Nascimento Pacheco Maia

SECRETÁRIO NACIONAL DE ASSUNTOS DE ORGANIZAÇÃO Salete Beatriz Roszkowski

SECRETÁRIO NACIONAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS Trajano Ricardo Monteiro Ribeiro

SECRETÁRIO NACIONAL DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Everton da Conceição Gomes

COORDENADOR DE ORGANIZAÇÃO ESTATUTÁRIA E ADMINISTRATIVA

Fernando Barbosa

COORDENADOR DE ORGANIZAÇÃO
E CONTROLE DE REPASSES FUNDO

PARTIDÁRIO
Thiago Coelho Castello Branco

VICE-PRESIDENTE DE COMBATE À INTOLERÂNCIA Duda Salabert



## FUNDAÇÃO

#### LEONEL BRIZOLA-ALBERTO PASQUALINI (FLB-AP)

#### DIREÇÃO DA FLB-AP

Manoel Dias

Vice-Presidente

André Peixoto Figueiredo Lima

Secretário-Geral

André Menegotto

Tesoureiro

Antonio Henrique de A. Filho Secretário-Executivo Ades Oliveira CONSELHO CURADOR

Carlos Roberto Lupi — Presidente Manoel Dias — Secretário Marcelo de Oliveira Panella Nelton Miguel Friedrich Angela Maria Rocha Flávia Carreiro A. Morais Martha Mesquita da Rocha Francisco Flávio Torres de Araújo Ligia Doutel de Andrade Geraldo Tadeu Moreira Monteiro Isabella Menezes R. Fiorenzano

Seraido Tadeu Moreira Mo Isabella Menezes R. Fioren Osvaldo Peres Maneschy Maria José Latge kwamme Nelson Marconi Fernando Barbosa

Joelma de Morais Santos

Leonardo Rocha Lupi Mara de Fátima Hofans

CONSELHO EXECUTIVO André Peixoto Figueiredo Lima André Roberto Menegotto Antônio Henrique de A. Filho Sirley Soares Soalheiro Jorge Gomes O. Brand (Dep. Goura) Maria Amélia de Souza Reis

CONSELHO FISCAL

Elma Cerqueira De La Fuente Eroídes Aparecida Lessa Marlí Rosa de Mendonça Elaine Chaves Ferreira Airton Costa do Amaral William Rodriques Dantas

EQUIPE DE TRABALHO

Ades Oliveira
André Menegotto
Bruno Ribeiro
Edevaldo Pereira
Henrique Matthiesen
João Cyrillo
Karina Crivellani
Leonardo Britto
Leonardo Zumpichiatti
Nelton Friedrich
Pamela Fonseca
Rafael Machado
Sandro Alencar

#### **EXPEDIENTE**



PRESIDENTE NACIONAL DO PDT Carlos Lupi

PRESIDENTE FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA—ALBERTO PASQUALINI Manoel Dias

COORDENADORES CENTRO DE MEMÓRIA TRABALHISTA Henrique Matthiesen e Karina Crivellani

Apio Gomes (em memória) e Karina Crivellani

NDEREÇO:

SEDE NACIONAL - RIO DE JANEIRO: Rua do Teatro, 39 - 2º andar, Centro, CEP: 20.050-190, Rio de Janeiro-RJ

Shana Santos

SEDE BRASÍLIA:

SAFS (Setor de Autarquias Federais Sul), Qd 2, Lote 3, CEP: 70.042-900, Brasília-DF Tel.: (61) 3224-9139 / 3322-8425 / 3225-6399

E-mail: secretaria@flb-ap.org.br



## memórias trabalhistas

## lícia peres

Brasília-DF · Novembro 2022







## Sumário

- 4 uma referência de luta
- 7 a impávida trabalhista lícia peres MANOEL DIAS
- 11 lícia, presente!

  MIGUELINA VECCHIO
- 15 uma ativista dos direitos humanos ELOÁ MUNIZ
- 35 minha mãe, lícia peres LORENZO DEAGUIAR PERES



41 comissão da verdade



o pdt e a cidadania feminina: o compromisso com uma nova sociedade socialista e democrática

- 53 nossa reverência por termos compartilhado de teus sonhos e utopias

  ALCEU COLLARES
  - 112020 0022111120
- 52 movimento feminino pela anistia
- o pdt fará jus a seu legado pompeo de mattos
- 60 troféu "as mulheres que fazem a diferença"
- 61 assim era lícia peres...
- 63 militante política, defensora dos direitos humanos, feminista!
  RAUL CARRION
- 69 a beleza na dimensão da luta feminista e revolucionária!
- 76 intensa vida de militância humanística JOSÉ WILSON DA SILVA

## uma referência de luta



CARLOS LUPI
PRESIDENTE
NACIONAL
DO BDT

Lícia Peres foi uma guerreira e uma mulher à frente do seu tempo. Quando Glênio Peres foi vice-prefeito de Porto Alegre na chapa com Alceu Collares, não se aquietou um minuto sequer em defesa do projeto que acreditava: de ajudar a educação e os menos favorecidos.

Com a cassação do seu mandato de vereador, em 1977, devido ao Ato Institucional nº 5 da ditadura, Glênio Peres

contou com sua esposa Lícia, que liderava, no Rio Grande do Sul, a luta pela anistia e pelos direitos humanos.

Continuou lutando e mantendo viva a memória dele, mesmo depois de morto. Glênio foi um vice- prefeito de vanguarda, com compromisso popular, um trabalhista histórico; e Lícia passou a ser uma prova viva de que uma grande mulher faz um grande homem.

Grande nas ideias, grande no compromisso popular, grande na defesa do trabalhador e no projeto nacional. Companheira nossa desde o início, em toda reunião do partido em que era convocada, quer seja nacional, quer seja no Rio Grande do Sul, Lícia estava lá, pronta para o bom combate. Era uma mulher profundamente elegante, na fala, no vestir-se; elegante nas suas afirmações. Não se dobrava.

Era uma mulher com princípios éticos, ideológicos, morais e com muito compromisso com o povo.

Resgatar sua memória é uma justa homenagem para que as novas gerações conheçam esta figura ímpar do Trabalhismo.

Esta mulher guerreira, que dedicou sua vida às grandes causas de nosso povo e do Trabalhismo.



## a impávida trabalhista lícia peres



MANOEL DIAS
PRESIDENTE DA
FUNDAÇÃO LEONEL
BRIZOLA-ALBERTO
PASQUALINI E
SECRETÁRIO-GERAL
DO PDT.

Em mais de 90 anos de História, luta e dedicação às causas mais caras do povo brasileiro, o Trabalhismo pátrio tem o privilégio de ter, em seu Panteão de Gala, incontáveis companheiras e companheiros que engrandeceram e engrandecem a brasilidade e a nossa corrente de pensamento político.

Dentre os nomes de destaque temos a honrosa e impávida figura de Lícia Peres, baiana de nascença, gaúcha de vivência e brasileira de essência.

As trincheiras de lutas nas quais Lícia Peres dedicou sua existência são múltiplas e têm como cerne os Direitos Humanos – seja no Movimento Feminino pela Anistia, na luta pelo espaço das mulheres, nas esferas pedetistas ou nos pleitos eleitorais; sempre com a firmeza de suas convicções e a garra de sua militância.

E foi justamente de suas lutas, em conjunto com outras companheiras, é que se proporcionaram mudanças nos rumos da História do nosso país, como o Movimento Feminino pela Anistia, na década de 1970. Enfrentar a ditadura e sua brutalidade, lutar pela volta dos companheiros e das companheiras exilados demostra a coragem, a audácia e a humanidade destas destemidas companheiras.

Graças à mais completa dedicação e generosidade de mulheres como Lícia Peres, pudemos ver e nos emocionar com a volta daqueles expatriados pela força do arbítrio.

Justamente nós, trabalhistas, maiores vítimas do golpe de 1964, em que a deposição do presidente João Goulart – que ousara sonhar a continuidade do legado de Getúlio Vargas, por meio de suas reformas de base – encontramos na força feminina a energia e a sabedoria necessárias para pressionar os golpistas e a sociedade na aprovação da lei da anistia.

Infelizmente, João Goulart falecera antes da promulgação da lei, em 1979, no amargo exílio. Pagou o alto preço por ser trabalhista e ousar reformar seu país com justiça social. Lícia Peres sofreu os efeitos nefastos destes tempos sombrios, juntamente com seu esposo Glênio Peres, cassado pelo Ato Institucional nº 5 quando exercia o mandato de vereador na cidade de Porto Alegre, em 1977.

Fundadora do PDT, atuou de forma incansável pelas causas das mulheres, na luta pela igualdade, ensinando e corrigindo-nos para que o Partido avançasse – luta esta que ainda é travada e engrandecida na Ação da Mulher Trabalhista; e por outras inúmeras companheiras.

Esta Cartilha Trabalhista é uma prova, robusta, de que a Ação da Mulher Trabalhista é uma síntese viva do pensamento e das lutas gloriosas de Lícia Peres pela conscientização das mulheres brasileiras.

Afinal, nós temos História; e nos orgulhamos de nossas companheiras e companheiros que dedicaram suas vidas à causa trabalhista e ao povo brasileiro.

A memória é fundamental para servir de referência, pois pessoas como Lícia Peres dão sentido à nossa luta, na perseverança de continuarmos ousando, sonhando e lutando pelo Brasil soberano, justo e desenvolvido para o nosso povo.

À companheira Lícia Peres somente nos resta, o nosso muito obrigado e nossos melhores aplausos.





## lícia, presente!





MIGUELINA VECCHIO
PRESIDENTE NACIONAL
DA AÇÃO DA MULHER
TRABALHISTA (AMT)
E VICE-PRESIDENTE
NACIONAL DO PDT.

Dos muitos pontos que poderíamos abordar, três deles são centrais para falar dela: sua representatividade, as lutas que protagonizou e seu papel na história da Ação da Mulher Trabalhista.

Escrever sobre a Lícia é, acima de tudo, um privilégio; pois esta homenagem não fala somente da história de uma mulher combativa e determinada em suas lutas: traz à tona a própria história do Partido e dos movimentos populares de resistência.

A questão da representatividade se expressou na habilidade de agregar conhecimento, ideias e atitudes que, pelo reconhecimento, a tornou porta-voz de mulheres e homens. Ainda num cenário tão machista, Lícia demonstrou grande determinação e competência para ocupar espaços significativos. Identificamos, em sua história, o protagonismo em espaços do Partido, em organizações internacionais, em fóruns e em movimentos populares. O reconhecimento desta liderança



veio pela participação e dedicação aos espaços coletivos, como congressos, debates, passeatas, encontros; além de a produção de materiais.

Com isto, investiu numa militância que se desenvolvesse no coletivo, a partir da comunhão de ideias, da disputa saudável e respeitosa por posições; na socialização das informações e na construção de uma consciência social crítica. Lícia teve uma participação marcada pela coragem de levantar debates polêmicos e essenciais – sem os quais não teríamos obtido estes avanços que hoje sentimos ameaçados novamente. Com esta força e determinação, lutou pelos direitos humanos: sua principal bandeira; e, a partir disto, é reconhecida como forte aliada na luta pela defesa da democracia, dos direitos, da participação popular.

Lutou pelos direitos e pela liberdade das mulheres por um mundo mais equânime – o que nos toca em especial, pelo que representou dentro da Ação da Mulher Trabalhista (AMT). É sabido que muitas renúncias precisou fazer para trilhar este caminho; além das violências e diversas formas de opressão a que foi submetida para lutar por aquilo que acreditava.

Precisamos, pois, aproveitar este momento de homenagem para agradecer seus esforços e tudo de que abriu mão para hoje estarmos mais fortes para as lutas que se avizinham.

Olhando para trajetória da Lícia – suas conquistas, liderança e o impacto disto em nossa constituição atual – é que podemos falar da companheira dentro da Ação da Mulher Trabalhista. Sua militância, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, marcou a história da AMT. Existem diversos materiais produzidos por ela: traziam uma perspectiva crítica, com posições bem fundamentadas. Lia os fenômenos a partir da sua complexidade e dos diversos aspectos inerentes à realidade na qual ela intervia: econômicos, políticos, culturais e sociais.

Revisitando estes materiais, damos-nos conta do quão era avançada no tempo histórico: apresentou pautas urgentes e preciosas ao movimento de mulheres. Outra marca significativa é o alinhamento com o Partido — traduzido na defesa de nossas bandeiras maiores; e na capacidade de articular os interesses das mulheres com aqueles mais amplos do Partido Democrático Trabalhista.

Ao descrever o surgimento de alguns coletivos de mulheres dentro do Partido, já traz implícito os objetivos voltados à formação de quadros femininos; à ampliação da participação de mulheres nos espaços de

direção partidária; e à própria consolidação da luta pela emancipação das mulheres como uma bandeira mais ampla do PDT.

Desta forma, a companheira Lícia nos orgulha com sua história e sua presença marcante em nossa organização. Deixa-nos um forte legado de esperança, força e coragem com que defendeu arduamente as conquistas de ontem, que hoje vemos ameaçadas. Lícia Peres é nosso exemplo de militância e de vida para prosseguirmos, incansavelmente, nesta luta pelos direitos humanos.





## uma ativista dos direitos humanos



ELOÁ MUNIZ PROFESSORA E PSICANALISTA CLÍNICA.

Lícia Margarida Macêdo de Aguiar Peres nasceu na cidade de Salvador, na Bahia, em 31 de janeiro de 1940. Filha única entre dois irmãos, era a mais jovem. Como a maioria das meninas de sua idade pertencentes à sociedade baiana, frequentava a Igreja Católica, na qual cumpriu todos os ritos.

Quando veio a Porto Alegre, em excursão, conheceu Glênio Peres e encantou-se. Ele era jornalista, ator e político. Trabalhou nos extintos. Diário de Notícias e O Estado do Rio Grande; posteriormente colaborou com O Pasquim e com a revista Cadernos do Terceiro Mundo. Eleito vereador em Porto Alegre por três legislaturas (MDB), foi cassado com base no Ato Institucional n° 5, em 2 de fevereiro de 1977. Após a anistia, em 1979, foi um dos fundadores do PDT: conquistou seu quarto mandato de vereador e foi eleito vice-prefeito de Porto Alegre, em 1985, na chapa de Alceu Collares. Faleceu vítima de câncer na capital gaúcha, em 27 de fevereiro de 1988 cidade que o homenageou com a criação do Largo Glênio Peres.



Apaixonou-se, como dizia Lícia, por um charmoso jornalista

> gaúcho, com quem - depois de troca de muitas cartas; e inúmeras viagens - se casou na Igreja de São Francisco, em Salvador. Em setembro de 1964. mudou-se para Porto Alegre, onde se formou e viveu com sua família.

> > Em Porto Alegre, fez vestibular, estudou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e formou-se em sociologia. Neste período, conhecido como os "anos de chumbo". iniciou sua militância política no movimento estudantil. Atuante na resistência à

ditadura militar, lutou pelos Direitos Humanos da Pessoa.

Na faculdade, além de os livros indispensáveis à formação intelectual serem proibidos, os professores eram obrigados a fazer verdadeiros malabarismos verbais para evitar que os agentes, infiltrados para vigiar e delatar o que se passava em sala de aula, não percebessem o sentido de suas palavras. Quando colegas viajavam, traziam clandestinamente alguns livros que eram repassados a todos da turma. Para os mais jovens, é difícil imaginar como era viver sob a ditadura, a censura e a arbitrariedade de um poder autoritário.

Em 1975, por iniciativa da advogada Therezinha Zerbini, é criado, em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA); que, mais tarde, se estendeu para as principais capitais brasileiras. É importante destacar que o MFPA foi o primeiro movimento legalmente organizado contra a ditadura militar.

No mesmo ano de 1975 - declarado pela ONU como o "Ano

Internacional da Mulher" - a luta pela redemocratização do Brasil recebeu apoio das mulheres, de representações de todo o mundo, que foram ao México participar da I Conferência Mundial da Mulher (lema: "Igualdade, Desenvolvimento e Paz"). Corajosamente, na tribuna, Therezinha Zerbini fez a leitura de um importante documento, em que expressava a importância da anistia para o Brasil: manifesto em favor de anistia ampla e geral. Em sua volta em São Paulo. nascia o Movimento Feminino pela Anistia no Brasil.

Certo dia, Glênio Peres trasmitiu a Lícia um recado: "A Dilma Rousseff, companheira do Carlos Araújo, quer falar com você". O encontro foi marcado na casa de Lícia. Dilma propôs, então, a organização de um núcleo feminino para lutar pela anistia no Rio Grande do Sul. Até este momento, o MFPA só existia em São Paulo.

Therezinha Zerbini, que convivera no cárcere com Dilma Rousseff, presa em São Paulo na Operação Bandeirantes (OBAN), sabia que Lícia fixara residência

em Porto Alegre e estudava na UFRGS. Assim, atenderam ao pedido de Therezinha e começava a expansão da luta pela anistia.

As articulações se iniciaram com o movimento estudantil e com algumas mulheres combativas, como Mila Cauduro e Francisca "Quita" Brizola Rotta. Organizaram a documentação e redigiram o manifesto para a coleta de assinaturas. Havia um campo fértil para desenvolver o tema, criando conexões entre a faculdade e as mulheres inconformadas com a situação nacional naquele momento.

A primeira reunião foi marcada na Associação Riograndense de Imprensa (ARI) – Lícia Peres tornou-se a primeira Presidente do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul; Mila Cauduro foi eleita vice-presidente e Quita (irmã de Brizola), tesoureira. Na Comissão Central foram eleitas Lygia de Azeredo Costa e Angelina Guaragna. Estava montado o núcleo gaúcho do MFPA.

Glênio Peres, que na época era líder do Movimento

Democrático Brasileiro (MDB) na Câmara de Vereadores, auxiliava de todas as formas. O Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES), da Assembleia Legislativa, presidido por André Foster, ajudou a convocar para a reunião, no salão da Câmara Municipal, em julho de 1975, em que — com a presença da presidente nacional Therezinha Zerbini — se instalou oficialmente o MFPA/RS. Este núcleo nunca teve sede própria: reunia-se aonde era possível; contando com a generosidade dos simpatizantes.

A primeira tarefa, efetiva, foi conquistar as assinaturas para o abaixo-assinado pela Anistia. A campanha do Rio Grande do Sul contrariava um pouco o slogal oficial de "Brasil, Ame-o ou Deixe-o"; e afirmava de maneira contundente que "lugar de brasileiro é no Brasil". Abria-se, assim, a possibilidade de se falar sobre a injustiça e no direito de retorno ao país.

Therezinha Zerbini quando concebeu o MFPA tinha como objetivo, estrategicamente, envolver a população feminina. Ela acreditava que mulheres – em seus papéis de mães, esposas e tradicionalmente defensoras da paz – poderiam sensibilizar a sociedade brasileira e a opinião pública para pressionar o regime a conceder a anistia. Entretanto, além de persuadir, era necessário engajá-las. Esta estratégia revelou-se correta.

E, assim, o segundo núcleo do Movimento Feminino pela Anistia foi criado: no Rio Grande do Sul. O MFPA/RS desenvolveu

trabalhos sobre os quais Lícia Peres (presidente entre 1975 e 1979) sentia profundo orgulho; e que se confundiam com sua própria trajetória pessoal e de tantas mulheres que corajosamente assumiram esta bandeira. Participavam deste grupo: Mila Cauduro, Quita Brizola, Lygia de Azeredo Costa. Angelina Guaragna, Ilza Brams. Enid Backes e muitas outras mulheres combativas. Uma luta árdua, dura, mas vitoriosa.

Lícia jamais erguera a voz; no entanto, jamais se deixou curvar diante da injustiça. Diversas vezes me disse que "se a injustiça é um obstáculo, olhe através dela como se fosse transparente; e você vence". Na realidade, Lícia – que era, ao mesmo tempo, firme, altiva e amorosa – produziu lições que ficarão como legado para todas as mulheres combativas pelos Direitos Humanos e das Mulheres.





Em 1976, conheceu pessoalmente Leonel Brizola e sua história: tornou-se uma apoiadora. Após a redemocratização, com o advento do pluripartidarismo, passou a atuar no PDT. Participou das campanhas do Partido (seu marido, Glênio Peres foi vice-prefeito de Porto Alegre, eleito junto com Alceu Collares, em 1985). Lícia era uma trabalhista inconformada com as injustiças.

Em 3 de junho de 1981, juntamente com um grupo de companheiras pedetistas, Dilma Rousseff (na época Linhares) e Lícia Peres fundaram a Ação da Mulher Trabalhista (AMT), órgão de ponta mais importante do PDT, ainda hoje.

No primeiro Encontro da Mulher Trabalhista, em 1980, fora designada uma Comissão Provisória, sob a presidência de Mila Cauduro, para organizar a AMT. Com sua instalação, em junho de 1981, foi eleita a primeira Executiva da AMT, tendo sido escolhida Dilma Linhares (Rousseff) como presidente; posteriormente reeleita. Em abril de 1986, foi eleita para presidir a AMT a socióloga Lícia Peres.

## A imprensa feminista

Em 1981, o *Jornal Mulherio* foi lançado por um grupo de estudiosas das causas feministas: sabiam que seria uma grande aventura para as mulheres, porque era muito difícil os jornais feministas se manterem por muito tempo em circulação no mercado. Como a imprensa alternativa (como era denominada na época este tipo de publicação) não estava inserida na grande mídia, tinha dificuldade em conseguir verba de publicidade. Mesmo assim, foi o jornal com mais tempo de existência em comparação aos outros veiculados na época.

No entanto, embora as grandes dificuldades enfrentadas pelas mulheres, as principais pautas (violência doméstica, contracepção, direitos trabalhistas, mais creches e outras) passaram a ser conteúdos recorrentes dos jornais feministas – e parceiros – no fortalecimento dos movimentos feministas. Era uma verdadeira fonte de inspiração às mulheres que lutavam pelos seus direitos.

Na edição de número zero do Jornal Mulherio são publicados alguns temas resultantes do congresso em que se debatia os direitos das empregas domésticas, que são de extrema relevância ainda nos tempos atuais; como, por exemplo, as reivindicações para receber salário mínimo, 13° salário, FGTS, férias e oito horas de trabalho por dia. A conquista só ocorreu em 2015: 34 anos depois.

Da mesma maneira, outros assuntos - como o trabalho infantil e a escravidão - foram também trazidos ao longo das edições; e são ainda temas atuais. Com certeza, Mulherio conseguiu fazer mulheres e homens questionarem-se sobre privilégios e desigualdades; e mostrar que é possível lutar pela democracia e pelos direitos de uma minoria política ao mesmo tempo. Em 1991, quando Lícia assumiu o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, fez um trabalho voltado aos direitos e à legislação do trabalho doméstico. O objetivo era focar o empoderamento feminino pela autonomia do trabalho e renda. Assim, surgiram em Porto Alegre vários materiais promocionais dos Direitos Humanos das Mulheres.

Lícia Peres escreve no Boletim da AMT nº 1 (1986):

"A Ação da Mulher Trabalhista não é um setor feminino. Aliás, historicamente, os departamentos femininos acabaram isolando a mulher, ao restringir sua atuação a um único espaço; excluindo-a dos processos de decisão. Às mulheres se atribuíam as atividades secundárias, tornando-as uma espécie de braço auxiliar dos comandos masculinos dos partidos. Por isto, somos uma ação: um amplo movimento de mulheres, operárias, professoras, funcionárias públicas, agricultoras, profissionais liberais, estudantes, donas de casa, e demais mulheres. Coerente com seus princípios, a AMT tem participado dos mais importante momentos da luta contra a discriminação das mulheres gaúchas, ao lado dos setores destacados do movimento no Estado. A AMT tem estado presente nas comemorações do Dia Internacional da Mulher desde 1981, destacando-se a participação ativa da AMT na luta contra a violência em atos públicos, caminhadas, apoiando também a criação de delegacias específicas para atendimento às mulheres vítimas de violência".

Em 1986, as mulheres da AMT passaram a ocupar espaços importantes no Diretório Regional do PDT, através de Dilma Linhares, Francisca Brizola Rotta, Lícia Peres, Mila Cauduro, Neuza Canabarro e Therezinha Irigaray; sendo suplentes, Lidia Woida e Marlene Vargas; e delegada à convenção nacional, Maria Flor Vieira, Na Executiva Estadual do PDT foram indicadas: Mila Cauduro, como secretária-geral; e Lícia Peres, como segunda suplente. Assim, a Ação da Mulher Trabalhista foi conquistando, gradativamente, as instâncias partidárias da base à direção.

Entre 1983 e 2001, Lícia desenvolveu suas atividades de Assessora da Bancada do PDT na Assembleia Legislativa, quando saiu para se aposentar – sem nunca, no entanto, ter deixado de atuar em defesa do Partido e participar das campanhas eleitorais, ora como candidata, ora como militante.

Na década de 80, aconteceu a instrumentalização de formas alternativas de participação política e

estabelece-se uma diferenciação qualitativa na relação mulher e política. Fortalece-se a inserção das mulheres nos movimentos sociais, como associações, entidades de classe, sindicatos, clube de mães e organizações partidárias. A criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/RS ocorreu em 25 de abril de 1986, através do decreto governamental nº 32.227.

Neste período, assumiu a Diretoria Cultural da Federação das Associações Comunitárias e Amigos de Bairro (FRACAB), fundada em 13 de setembro de 1959, em Porto Alegre. Reconhecida como a entidade maior das associações de moradores, a FRACAB teve papel importantíssimo no fortalecimento e na criação de novas entidades representativas e reivindicatórias dos moradores. O movimento comunitário cresceu, especialmente, no período do regime militar, servindo como uma forma de politização da população, na sua organização e nas lutas reivindicatórias.

Defendeu a causa dos mutuários do Sistema Habitacional,

articulando movimentos de lutas que transcenderam as fronteiras do Estado. A perseverança e o desprendimento ofertado moldaram a estrutura da Coordenação Nacional dos Mutuários, entidade criada sob o patrocínio da FRACAB e outras entidades brasileiras.

Em favor de milhares de aposentados e pensionistas do antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) - atual INSS - a FRACAB abriu nova luta em defesa dos direitos deste segmento, atingindo um dos seus momentos mais importantes na história da entidade, que era vista pelo conjunto da população como a entidade que lutava em defesa dos direitos dos cidadãos. Junto com outras entidades, a FRACAB esteve presente na luta pela restauração da democracia, com a campanha pelas Diretas, Já! e pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Em 1991, Lícia Peres foi eleita presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Neste período, foram desenvolvidos

vários materiais voltados ao trabalho e focados na mulher. Um deles tinha como tema "Mulher trabalhadora". Foi lançado no dia 1° de maio de 1993, com o slogan "Você é uma cidadã. Exija respeito". Foi um esforço conjunto: produzido pelo CEDM e patrocinado pela Prefeitura de Porto Alegre.

Neste mesmo período, foi lançada a "Cartilha do trabalho doméstico", pelo Projeto Cidadania (Secretaria de Justiça do Trabalho e da Cidadania, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul) com todas as informações, didaticamente apresentadas, sobre a Carteira de Trabalho e demais temas de interesse das mulheres trabalhadoras domésticas.

Em 1992, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (presidido por Lícia Peres) e a Câmara de Vereadores de Porto Alegre lançaram o "Guia da mulher contra a violência". Este é, provavelmente, o primeiro material de conceituação sobre os diversos tipos de violência, com tipificação do crime, editado no Brasil.

Para cada título, um artigo identificatório da Constituição Federal. No final do Guia, há uma lista de órgãos e entidades de defesa da mulher; bem como, endereços úteis.

No mesmo ano, foi lançado um Guia do Assédio Sexual no Trabalho, com o slogan "Quando a Mulher diz não": um folheto de duas dobras com informações importantes; e uma lista de Delegacias de Defesa da Mulher.

Mais uma vez protagonista de uma série de ações em defesa das mulheres vítimas de violência; e possibilitando alternativas de trabalho – demonstrando já, naquela época, que o empoderamento financeiro emancipa a mulher pela autonomia conquistada.

Em Sessão Solene da Câmara de Vereadores, em junho de 1992, Lícia Peres recebeu o título de Cidadã Porto-alegrense. Ser reconhecida pela Câmara Municipal de Porto Alegre, como porto-alegrense – natural da cidade onde desenvolveu toda a sua vida profissional e construiu uma trajetória em defesa dos Direitos

Humanos – era um sentimento que ostentava com orgulho.

Na cidade de Porto Alegre, o nome de Lícia Peres está tão fortemente ligado ao termo Direitos Humanos que – ao não citá-los juntos – se corre o risco de omitir parte da História.

No IV Seminário Nacional: Mulher, Educação, Cultura e Saúde, em 16 de junho de 1994, Lícia Peres participou do painel como debatedora do tema "Comunicação, Produção Cultural e Lógica de Gênero". Novamente manifestava-se pelos Direitos Humanos das Mulheres.

No período entre 1995 e 1999, representou o Rio Grande do Sul no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher: mais uma vez trabalhou pelos Direitos das Mulheres. Lícia sempre foi uma defensora dos direitos de as mulheres serem o que quisessem ser. Liberdade e autonomia. Nesta ocasião, foi lançado nacionalmente um cartaz pelo qual Lícia tinha grande orgulho e carinho. Infelizmente, atual ainda hoje.

Em agosto de 1999, Lícia recebeu do governador Olívio Dutra a Medalha Negrinho do Pastoreio, criada no dia 25 de



março de 1972 – condecoração do governo do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, entregue a personalidades que prestam relevantes serviços em favor da pessoa humana, do Estado e da Pátria.

Em outubro de 1999, já como representante do Rio Grande do Sul no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, representou o Brasil na "Reunião Sub-regional de Oficinas Governamentais da Mulher – Segmento Beijing+5", organizada pelo Instituto Nacional da Família e da Mulher e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – Banco Central, Montevidéu, Uruguai.

Em novembro de 1999, integrou a delegação brasileira, na condição de palestrante, na Primeira Reunião Sub-Regional de Delegadas e Especialistas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, promovida pela Comissão Interamericana de Mulheres – CIM da OEA, onde proferiu a palestra "Violência Contra a Mulher" – Palácio Legislativo,

Montevidéu. Entre 1999 e 2003, foi Membro do Conselho Político da Frente Democrática e Popular.

Participou (1991/1993) da reconstrução do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; também fundou o Fórum Municipal da Mulher e esteve junto na criação do Comdim de Porto Alegre.

O Fórum Municipal da Mulher é uma instância política do movimento de mulheres e feminista de Porto Alegre. Reconhecido pela Lei nº 347/95 (a mesma que criou o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - Comdim). A missão do Fórum é a de articular as lutas das mulheres em Porto Alegre, constituindo-se em porta-voz legítimo das reivindicações, denúncias e propostas do movimento de mulheres: lutas que Lícia manteve durante toda a sua vida, através de participação em eventos e como articulista de vários veículos de comunicação impressos e virtuais.

Participou de 5 a 9 de junho de 2000 na Sessão Especial da ONU "Beijing+5", como observadora, representando o Instituto de Desenvolvimento de Ação Cultural (IDAC) – organização que objetiva promover qualidade de vida, através de consultoria em gestão de pessoas, educação, responsabilidade social e saúde. O IDAC apoia projetos sociais com o objetivo de: contribuir para o empoderamento econômico, através da capacitação profissional; estimular a cultura; combater a fome; e promover a empregabilidade.

As questões essenciais, assinaladas pela Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, na Conferência de Beijing, registaram-se muitos avanços em diversas áreas: sobretudo na de educação. Contudo, embora as legislações e políticas tenham combatido muitas desigualdades e formas de discriminação de que as mulheres são objeto, os progressos globais continuam a não ser uniformes. Existem disparidades entre regiões e no seio dos países. As médias mundiais ocultam também diferenças entre as mulheres em função do local aonde vivem, da sua condição econômica, da etnia, da idade, da deficiência e de outros fatores.

Assim, são importantes a redução da pobreza que apesar dos esforços contínuos são as mulheres com maior probabilidade de viver na pobreza havendo certos grupos - agricultoras, mulheres que trabalham no setor informal, migrantes, mulheres com deficiência e idosas - que são mais vulneráveis à pobreza; a Educação e formação que apesar das mulheres jovens terem mais acesso à educação, no mundo inteiro, nem sempre se traduzem em melhores oportunidades de emprego; a Saúde mesmo com os esforços para aumentar o acesso das mulheres aos serviços de saúde, incluindo a saúde reprodutiva, são necessárias medidas urgentes para reduzir as taxas de mortalidade materna. As mulheres devem ter acesso a contraceptivos modernos, a cuidados pré-natais regulares e suficientes, ao parto assistido por um profissional de saúde e a cuidados obstétricos de emergência, quando necessários: a Violência contra as mulheres tornou-se uma questão

prioritária ao nível mundial, regional e nacional.

Apesar destes progressos, a violência contra as mulheres e meninas é uma pandemia. O problema continua a ser universal: em todas as regiões e em todos os países, as mulheres são afetadas pela violência. As impunidades desses atos de violência, os insuficientes serviços de que as vítimas/sobreviventes dispõem, as atitudes e comportamentos que perpetuam os estereótipos negativos e a violência contra as mulheres bem como uma escassez geral de recursos para garantir a aplicação das medidas tomadas continuam a ser obstáculos para que se previna e elimine a violência contra as mulheres; a Economia continuam a enfrentar as diferenças salariais entre mulheres e homens em todas as partes do mundo, estimando-se que variem entre 3 e 51%, sendo a média mundial da ordem dos 17%.

As mulheres continuam a ser responsáveis por uma percentagem desproporcionada do trabalho não remunerado, como a prestação de cuidados, o que impede a sua plena participação na educação, no mercado de trabalho e na vida pública; e Direitos humanos que segundo a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as



30

Mulheres tem sido utilizada. com uma frequência crescente, como um quadro para a ação a favor da promoção dos direitos humanos das mulheres. Os Estados alcançaram progressos em matéria de realização de reformas jurídicas e de maior igualdade de mulheres e homens perante a lei. Apesar desses progressos, a discriminação contra as mulheres subsiste na lei e na prática. A aplicação eficaz e o cumprimento dessas leis continuam a ser um problema. Muitas mulheres são alvo de inúmeras formas de discriminação e têm apenas um acesso limitado a direitos, recursos e oportunidades. Esses temas pautaram sempre suas intervenções nos movimentos e nos espaços de fala que conquistava.

Lícia integrou a Comissão do Acervo de Luta contra a Ditadura no Rio Grande do Sul durante todo o tempo em que permaneceu atuante, de 2000 até 2009. Foi um trabalho primoroso de organização de documentos que formaram o Acervo do trabalho do Movimento Feminino pela Anistia; bem como todas as

documentações doadas pelos familiares das pessoas que de alguma maneira tinham envolvimentos com os "Anos de Chumbo". Esta documentação foi entregue ao Memorial do Rio Grande do Sul. Lícia avaliava que a "anistia obtida não foi a ideal, mas sim a possível". O Brasil, dizia Lícia, não ganhará nada mexendo na Lei de Anistia de 1979.

Em 15 de março de 2004, participou, na condição de palestrante, no Seminário "Desenvolvimento, Igualdade e Democracia na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", no painel "A dimensão de gênero na Cooperação para o Desenvolvimento", em Lisboa, Portugal. Sempre ressaltava o trinômio Direitos Humanos, Democracia e Feminismo. Lícia era assim: persistente.

Em março de 2000, no dia 8 de março, no Dia Internacional dos Direitos da Mulher, Lícia recebeu, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o troféu "Mulher Cidadã". Este é um prêmio concedido anualmente a personalidades

femininas que se destacaram em diversas áreas de ativismo e atuação feminista no estado gaúcho – sempre pelos relevantes serviços prestados na área de defesa dos direitos da mulher e combate à violência.

No dia 2 de setembro de 2002 recebeu, da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), o Troféu "Gaúcho Honorário 2002", prêmio oferecido a personalidades que vieram elevar o nível comunitário, cultural e social e econômico do Rio Grande do Sul.

No ano de 2004, foi candidata à vice-prefeita na chapa de Vieira da Cunha à Prefeitura de Porto Alegre. Incansável, Lícia visitou cada bairro, cada canto da cidade. Estimulou a militância trabalhista e aglutinou os companheiros que estavam afastados do Partido.

De 2005 a 2008, foi membro do Conselho Diretor da THEMIS - Gênero, Justiça e Direitos Humanos. Esta entidade foi criada, em 1993, por um grupo de advogadas e cientistas sociais feministas com o objetivo de enfrentar a discriminação contra mulheres no sistema de justiça. A história da THEMIS se confunde com as lutas e conquistas das mulheres brasileiras. Sua missão é ampliar as condições de acesso à Justiça. É uma organização da sociedade civil com sede em Porto Alegre. Lícia tinha muito orgulho em participar desta entidade.

No ano de 2010, Lícia Peres aceitou o convite para suplência de Germano Rigotto candidato ao senado. Viajou o Rio Grande do Sul em campanha e nunca abandonou o tema dos Direitos Humanos, Democracia e Feminismo.

Lícia Peres recebeu, em 24 de março de 2011, no Teatro Renascença, em Porto Alegre, a Medalha de Porto Alegre. A medalha, instituída em 1977, representa um reconhecimento permanente da comunidade porto-alegrense à contribuição dos homenageados ao desenvolvimento da capital gaúcha. A homenageada salientou que "a cidade me tem". Mas, com certeza, somos nós, do movimento feminista, que a temos sempre engajada na luta das

mulheres: é uma relação de afeto, respeito e reconhecimento.

De 2012 a 2014, foi convidada, pelo Governador Tarso Genro, como Conselheira do Conselho Estadual de Desenvolvimento Social, para a temática dos Direitos Humanos; tive a honra em acompanhá-la e ser sua Conselheira Técnica.

A socióloga Lícia Peres foi homenageada pelo Deputado Raul Carrion (PCdoB) com a medalha da 53ª Legislatura. A homenagem foi realizada no dia 10 de dezembro de 2012 – Dia dos Direitos Humanos. Na ocasião, destacou a importância de a sociedade estar vigilante na defesa da democracia; e, mais uma vez, sua atuação na campanha da anistia e na defesa dos Direitos Humanos é conhecida e exaltada.

Lícia Peres escolheu a cidade Porto Alegre para viver. Quando Glênio partiu, em 1988, ela decidiu ficar e morar na capital dos gaúchos. Lorenzo havia chegado para completar a felicidade e movimentar a família. Ela tinha um amor incondicional pelo filho a quem carinhosamente chamava de Lory.

Porto-alegrense de coração dedicou toda a sua vida à defesa de posições trabalhistas e dos direitos das mulheres. Lícia era assim, uma amiga dedicada, alegre e disponível. Tratava dos assuntos mais ásperos com leveza. A dignidade trazia no olhar, a firmeza no passo determinado. Generosa, respeitava o contrário, mas não provocava a contrariedade. Íntegra em suas emoções, sabia agregar e multiplicar de maneira solidária. Discreta, sempre nos surpreendia com um gesto de carinho ou uma palavra de incentivo.

Adotou o Rio Grande do Sul de maneira intensa e vivia as experiências gaúchas com profundidade. Gostava de andar e conviver com a cultura gaúcha no Parque da Harmonia, em setembro, na Semana Farroupilha.

Da mesma maneira, mesmo dividindo opiniões era entusiasta torcedora colorada. Vibrava com as conquistas do Sport Club Internacional.

E a feira do Livro?! Gostava de andar entre os livros, encontrando amigos; conversar e, sobretudo, autografar na feira. Depois, sentar no Bistrô do Margs (Museu de Arte do Rio Grande do Sul) e desfrutar de um delicioso lanche. Lembranças que enchem meu coração de alegria e saudade.

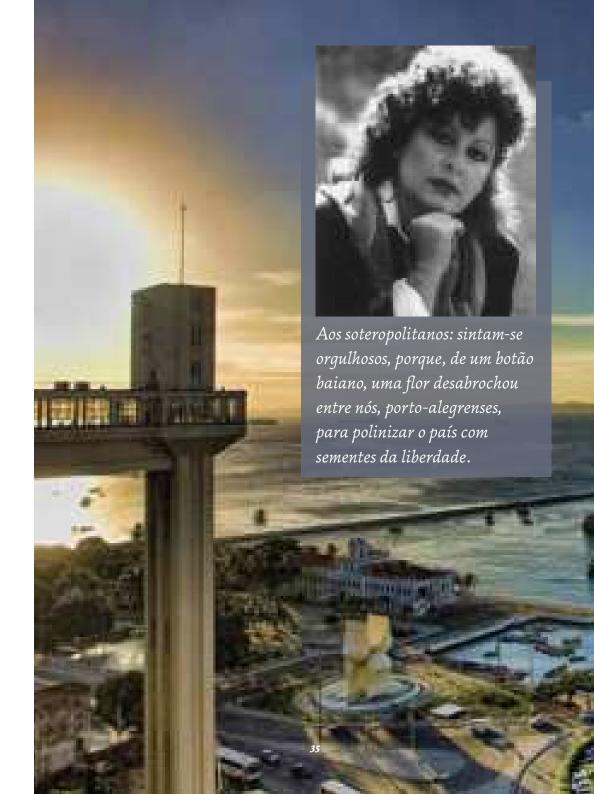
Como a Deusa Grega Atena, sua sabedoria transcendia as cores partidárias. Seu legado está posto a todas as mulheres guerreiras e lutadoras incansáveis na luta pelos seus direitos. Sua consagração está na luta cotidiana, pelo exemplo, pelas palavras e pela luta.

Lícia, quando falava, arrebatava e ampliava a audiência. Quando calava, refletia e ampliava a estratégia. Sempre será lembrada pelas suas posições firmes. Por ser uma mulher de consistência política profunda – sempre progressista. Era uma pessoa com personalidade muito especial; mas, com certeza, um dos papéis mais pontuais na História recente do Brasil foi como ativista e liderança do Movimento pela Anistia.

Seu legado de luta continua, suas ideias se multiplicam, seus ensinamentos se espalham, e assim, dia após dia, conquistaremos mais e mais os Direitos Humanos das Mulheres e dos Homens.

Uma sociedade de igualdade, de equidade, de respeito à diversidade e de amor sem violência entre as pessoas vai se tornando realidade.

Gratidão à Lícia Peres. 🐣





## minha mãe, lícia peres



LORENZO DE AGUIAR PERE

Perdi meu pai quando eu era muito pequeno, com pouco menos de três anos de idade, então fui criado pela minha mãe; e ela sempre foi minha principal referência. Lembro-me sempre com muito carinho do amor que demonstrava e da pessoa afetuosa que era comigo, filho único, e com todos da família e os amigos.

Veio jovem para Porto Alegre. Sempre contava que conheceu meu pai durante uma viagem de estudos no Rio Grande do Sul, se apaixonaram e ela decidiu sair da Bahia para vir morar no sul. Aqui estabeleceu raízes: cursou a faculdade de Ciências Sociais na UFRGS, fez amigos e iniciou a vida política. Quando meu pai faleceu, ela optou por continuar no Rio Grande do Sul, encarando o desafio de me criar sozinha, longe de nossa família baiana; e seguindo a luta por tudo aquilo que ela acreditava.

Desde pequeno, eu tinha bastante noção do desafio que era para me criar, ao mesmo tempo em que sustentava a casa e abraçava as causas que eram importantes para ela. Até hoje fico impressionado como realmente era uma mulher forte para dar conta de tudo. Tenho a certeza de que havia nela uma força interna que a fazia ser esta mulher amorosa, independente e batalhadora.

Em casa, minha criação foi muito influenciada pelas paixões que ela tinha. A primeira destas eram os livros. Não havia um dia em que eu entrasse no quarto dela e que em algum momento não estivesse lendo. Devorava os livros, a ponto de precisarmos de dois espaços de biblioteca no nosso apartamento em Porto

Lembro-me que ela lia três ou quatro livros por semana. Adorava obras
de suspense, policiais, livros sobre
viagens, romances e, claro, textos de
sociologia e política. Tínhamos uma
e pequena biblioteca sobre feminismo, uma das principais causas pelas quais sempre lutou.

Minha mãe, no entanto, era uma pessoa muito eclética quanto aos hobbies: adorava filmes e séries de TV. Era muito difícil passar uma semana sem que fôssemos ao cinema no dia em que novos filmes entravam em cartaz. Um dos seus programas favoritos era: ir à pizzaria depois do cinema para conversar sobre o filme, comentar o roteiro e as atuações. Também era apaixonada por séries. Eu brincava dizendo que ela estava sempre com as séries mais em dia do que eu.

Alegre. Sempre havia uma pilha de

Outra paixão era a música. Tinha um aparelho de som no quarto e uma boa coleção de CDs: adorava MPB, Caetano Veloso e Chico Buarque; mas também gostava muito de outros estilos, desde música clássica, principalmente Mozart

e Maria Callas, até um bom rock dos Rolling Stones. Lembro que nos carnavais em Salvador, terra natal dela, íamos atrás do trio elétrico do Gilberto Gil e aproveitávamos a folia até tarde.

Aliás, outro interesse que ela tinha era o de viajar. Gostava de conhecer o mundo. Ela sempre comentava que viajar amplia nossa perspectiva, pois temos contato com outras culturas, diferentes visões de mundo e pessoas com experiências completamente distintas da nossa. Ao viajar, aliava um hobby e a paixão pela Sociologia.

Gostava de conhecer outros lugares, mas amava nosso país. Tinha a convicção plena de que podemos trabalhar para melhorar o Brasil. Então, jamais cogitou sair daqui. Foi esta convicção que pautou a vida dela — podemos dizer que foi uma vida política de muita luta.

Ela e meu pai tiveram uma vida política muito intensa: os dois lutaram pela democracia durante o período do regime militar; e ela sempre esteve envolvida nas causas feministas, sendo uma das líderes do movimento feminino pela anistia no Rio Grande do Sul.

Tinha profunda admiração por Leonel Brizola e se referia a ele como "comandante". Ele sempre foi uma inspiração para ela; assim como os textos de Darcy Ribeiro e Alberto Pasqualini. Ela foi uma das fundadoras do PDT; e no partido lutou incansavelmente por uma sociedade mais justa, pelos direitos humanos, pela educação e pela igualdade de gênero.

Lembro-me que ela passava boa parte dos finais de semana estudando. Ela sempre reservava algum momento para colocar em dia as leituras de sociologia e lia diariamente o jornal durante o café da manhã. Ao menos



Minha mãe, após o falecimento do meu pai, transformou as alianças neste colar. Ela adorava usar o colar, pois, além de simbolizar o amor que tinha pelo meu pai, representava a luta pela igualdade de gênero, uma das suas principais causas.

Lícia e Glênio Peres

uma vez ao mês, ela escrevia algum artigo para o jornal: sempre algo relacionado às injustiças sociais do nosso país, à violência, à luta das mulheres ou às violações aos direitos humanos. Eu tinha o privilégio de ler cada artigo antes de ele ser enviado para publicação. Cada texto rendia uma boa conversa com ela...

Um dos momentos dos quais sempre me recordo foi uma segunda-feira do ano de 2004. Lembro-me de estar assistindo a televisão no quarto, quando a programação foi interrompida para noticiar o falecimento do Brizola. Tudo aquilo que sempre escutei em casa sobre o Trabalhismo e o brizolismo, tudo que aprendi com minha mãe me veio rapidamente. Então, corri para o quarto para avisá-la. Bati à porta e entrei para falar, mas ela já estava chorando: também tinha acabado de ouvir a notícia. Aquela cena me marcou muito.

Posso dizer que me sinto honrado pela mãe que tive. Esta mulher incrível, carinhosa e inteligente sempre foi um motivo de orgulho para mim. Em casa, sempre demonstrou muito amor, ensinando-me a importância dos estudos - e, neste quesito, era muito exigente. Ao mesmo tempo em que buscava compartilhar sua visão de mundo e sociedade, procurava desenvolver em mim o senso de empatia e sensibilidade que tinha com relação aos outros.

Minha mãe, Lícia Peres, nunca foi uma pessoa acomodada: saiu da terra natal, criou-me praticamente sozinha e teve uma vida política intensa, sempre acreditando que a vida da população poderia melhorar de alguma forma.

O entusiasmo que tinha com as causas pelas quais lutava é uma inspiração e um exemplo que sempre busquei seguir. Acredito que este é o maior legado que ela nos deixou.







## comissão da verdade

Após meses de expectativa, foi empossada a Comissão da Verdade. Os sete membros, escolhidos pessoalmente pela presidenta Dilma, são pessoas qualificadas com condições de realizar um bom trabalho: o de trazer à luz todas as atrocidades cometidas pela ditadura militar para que jamais voltem a acontecer em solo brasileiro.

Constitui-se em importante decisão da nossa presidenta. Acredito muito na força da verdade que é, de fato, um direito. Através dela as sombras que caíram sobre os desaparecidos haverão de se dissipar. Não podemos, indefinidamente, conviver com esse drama. É insuportável, não só para os familiares das vítimas; mas constitui-se em algo que diz respeito a toda a nação brasileira. A abertura dos arquivos da ditadura militar, e sua informação à sociedade para que possa conhecer sua própria História, é um imperativo da democracia.

Quando, em 2008, foi publicada uma pesquisa no jornal Folha de São Paulo, revelando que 82% da população acima de 16 anos ignorava o AI-5, um dos símbolos mais perversos do período autoritário, figuei chocada com a desmemória. Ao mesmo tempo, a afirmação de que jamais ouviram falar nele, evidenciou as falhas do sistema educacional brasileiro. Escrevi para o então ministro da Justiça, Tarso Genro, alertando para a séria lacuna na formação dos nossos jovens e na nece<u>ssidade</u> inadiável de enfrentarmos, através de várias medidas, o desafio do desconhecimento histórico para que a realização

do processo democrático não viesse a ser obstaculizada por uma educação insuficiente e pelo descompromisso com a memória.

Felizmente está agora em curso, oficialmente, a pesquisa que irá possibilitar o acesso a todas as informações sobre as vítimas da tortura, os desaparecimentos, as mortes, a localização dos corpos e os nomes dos agentes da repressão que participaram do terrorismo de Estado. Poderemos consolidar, a partir daí, uma cultura democrática e de respeito aos direitos humanos como valor irrenunciável.

O que discordo , com veemência, é na possibilidade de revisão da Lei da Anistia, que alguns, inclusive da própria Comissão, dizem apoiar.

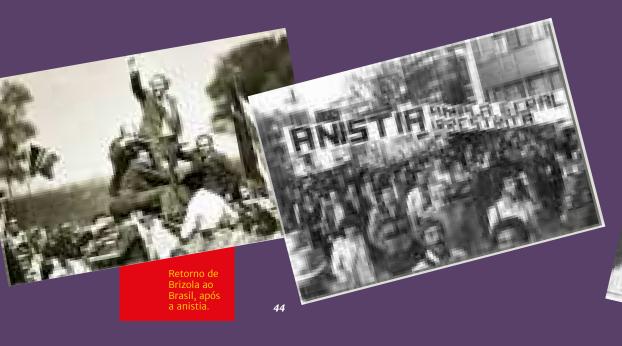
A Lei nº 6.683/79 é histórica. Inscreve-se como um momento marcante da vida brasileira. Não foi uma concessão, mas uma árdua conquista. Representou uma luta que se transformou em causa nacional.

Cabe ainda lembrar, que à exceção do Sérgio Macaco que se recusou a obedecer ordens superiores para bombardear uma usina geradora de energia no Rio de Janeiro [Gasômetro da CEG, que distribuía gás encanado para toda a Cidade] e foi severamente punido, todos os demais aceitaram e apoiaram a anistia que trouxe de volta ao Brasil.

milhares de exilados, inclusive nossas grandes lideranças que foram recebidas festivamente.

A Anistia, apesar do seu alcance limitado, foi a base que tornou possível o processo democrático brasileiro. As indenizações foram importantes por representarem a confissão da responsabilidade do Estado perante as vítimas e suas famílias.

É inaceitável que, após 33 anos, pessoas venham a público contestar e menosprezar a conquista da anistia. Mas, a nossa memória – a dos protagonistas desta luta – estão aí para lembrar, com documentos e dados oficiais, que não é possível rasgar uma página de inequívoca importância na História recente do nosso país. Esta luta faz parte da memória nacional.



Therezinha Zerbini (Presidente nacional do MFPA).



o pdt e a cidadania feminina: com a palavra peres

o compromisso com uma nova sociedade socialista e democrática

Discurso proferido por Lícia Peres, em 1993, na sede do PDT gaúcho.

(Gentilmente cedido por Eloá Muniz).

#### Introdução

A nossa intenção ao apresentar este trabalho é de contribuir para o levantamento de alguns aspectos, a nosso ver, imprescindíveis para promover e afirmar o PDT na vida política brasileira e que concerne a tão difícil construção democrática e cidadania das mulheres, 50% da população brasileira.

Esta questão se vincula, indissociavelmente, a uma nova concepção de sociedade e a um novo modelo econômico que nada tem a ver com a visão neoliberal, travestido de modernidade, do Governo Collor, cujos interesses são claramente antagônicos aos do povo trabalhador brasileiro.

#### O momento atual

O irresponsável processo de privatização das estatais brasileiras pelo governo Collor e sua submissão aos interesses do capital internacional vêm sendo enfrentados, corretamente, pelo PDT liderado pelo Governador Brizola, que vem buscando todas as formas legais para impedir a venda do patrimônio público.

Isto representa o enfrentamento de grandes grupos econômicos cujos interesses estão plantados nos três poderes e nos meios de comunicação de massa.

Esse agravante de realidade econômica nacional se mescla com o processo de aguda recessão e inflação que se implanta o país aprofundando a crise social. Vemos a economia brasileira jogada na instabilidade; inexiste uma política industrial capaz de gerar recursos e empregos; alia-se à falta de confiança as equipes econômicas uma desastrosa política para o campo. Nesta área tem sido perversa a atuação do governo Collor que, além de não implementar a reforma agrária e os assentamentos, tem levado a agricultura à situação de caos.

Enquanto toda a economia, serviços públicos e impostos vêm sendo indexados, o salário mínimo de 50 dólares é motivo de vergonha nacional, assim como as irrisórias pensões e aposentadorias.

O PDT vem questionando publicamente tais medidas, demarcando-se como partido defensor dos interesses nacionais, com uma visão diferente do atual modelo de desenvolvimento e recolocando, permanentemente, a necessidade, antes de tudo, de buscar-se as verdadeiras raízes da crise que estamos mergulhados.

Por outro lado, mesmo claramente situados o campo oposicionista no combate à política econômica do governo federal, vimos nos mantendo hoje, como ontem, na defesa da legalidade institucional, em respeito à escolha popular que levou Collor de Mello à Presidência da República. Não costumamos, portanto, com a visão golpista de segmento ditos de esquerda que tentam levianamente o impeachment do atual presidente. A nosso ver, equivaleria a "jogar-se fora a criança com a água do banho". Muito duramente conquistamos a abertura política para alimentarmos ilusões sobre uma saída irresponsável e as consequências que poderiam advir.

À incompetência do governo
Collor só poderá responder
com o aprofundamento de
seu compromisso com as lutas
populares, a soberania nacional e
as grandes e urgentes reformas,
marca do Trabalhismo. Mas, há
que ir além. A necessidade de
permanente renovação; como

protagonistas
da história
brasileira,
está a exigir
nesta hora o
aprofundamento de
diversas questões; entre as
quais a cidadania da mulher,
que nos credenciará, cada vez
mais, a ocuparmos importantes
espaços na construção de um
moderno partido de massas,
alternativas e tudo o que aí está.

## Por que a questão da mulher é tão importante e urgente?

O reconhecimento da igualdade entre os sexos como um direito fundamental, hoje, praticamente não encontra contestação. Faz parte mesmo das pregações teóricas dos diferentes partidos que encampam as reivindicações femininas, particularmente nos períodos eleitorais.

A Constituição Federal,
nesse teor, é extremamente
avançada, situando-se talvez
entre as mais progressistas
do mundo. As dificuldades,
evidentemente, começam quando
se busca colocar na prática
o que hoje faz parte da lei.

Um exemplo, entre tantos, referese à discriminação no mercado de trabalho onde as mulheres - 40% da força de trabalho nacional – continuam a ocupar os espaços mal valorizados e mal pagos. Os direitos relativos à maternidade são encarados por setores de empresariado brasileiro como pretexto para as exigências mais criminosas; tais como os atestados negativos de gravidez, comprovantes de esterilizações etc., a demonstrar, numa visão atrasada, a irresponsabilidade social.

Os levantamentos demonstram que as famílias, em número cada vez maior, são chefiadas exclusivamente por mulheres – as únicas responsáveis pela subsistência dos filhos. De que forma essas mulheres podem alimentar e educar sua prole se a elas é negado o direito ao trabalho?

Entretanto, há uma lógica perversa inerente ao próprio sistema nesta forma de proceder, e que nos cumpre referir.

As reivindicações femininas por igualdade – na lei e na vida – desnudam a própria natureza do sistema capitalista em que vivemos cujo cimento é a desigualdade e exploração.

Neste sentido, a luta das mulheres é essencialmente libertária, na medida em que as suas demandas ferem frontalmente a



própria natureza do capitalismo, questionando-o, sempre e cada vez mais, à medida que o seu grau de consciência aumenta.

A cada reivindicação de atendimento à infância, por exemplo, questionam-se as verbas públicas e sua destinação.

Mas, o que buscamos destacar neste trabalho é que as mulheres se constituem, neste momento, num dos setores mais atingidos pela crise, seja na área do trabalho, da saúde (a maior usuária do sistema de saúde do país) e da violência.

#### A questão do Leste Europeu

Não foi por acaso toda a divulgação que a grande imprensa promoveu sobre as mudanças ocorridas no Leste Europeu, buscando confundilas com a derrocada de qualquer perspectiva socialista, em deliberada deturpação dos fatos.

As cobranças e ironias desferidas a nós, socialistas, se processaram como se tivéssemos tido aqui a oportunidade de chegar ao poder e fracassado. O PDT, aliás, nunca deixou de colocar. no eixo de sua concepção de socialismo, a questão democrática. Carecemos apenas de uma definição mais aprofundada deste modelo que explicite a nossa visão de desenvolvimento econômico, cultural, a nossa relação com os movimentos sociais, sindicais e comunitários. Neste sentido, os seminários internos representam um importante instrumento para o aprofundamento de nosso programa, esclarecendo-o em diversos aspectos, operando a unidade interna e trabalhando a renovação necessária para que possamos representar uma alternativa que atraia novos contingentes de militantes, ampliando o nosso PDT nacionalmente.

Apesar de reconhecermos, mesmo nos países onde o socialismo foi implantado, a existência de severas distorções não há razão para sua condenação como modelo. Muito pelo contrário. Trata-se

de aperfeiçoá-lo, corrigir falhas que na contemporaneidade nos permite melhor avaliar e, principalmente, trabalharmos desde logo para impedir tais erros: ao mesmo tempo em que lutamos por uma nova organização no campo econômico, implementarmos ações para alterar a estrutura do poder e a modificação do costume (uma nova subjetividade), tão resistentes à mudança. É o caminho para promover a iqualdade, apesar das diferenças biológicas.

Neste campo, o PDT muito pode realizar, contribuindo para a construção do socialismo democrático em nosso país. Trata-se de promover, efetivamente, a emancipação da mulher. inscrevendo-a entre suas principais bandeiras e levando à prática o terceiro compromisso do nosso programa.

#### Nossas teses

Enquanto partido nos corresponde um papel estratégico o apoio aos movimentos de mulheres, às suas lutas e reivindicações. As cotas fixas, já assumidas por nós, assegurando posições, tanto nas direções partidárias como nos espaços eleitorais, são instrumentos de extrema importância à valorização da militância feminina, auxiliando a mulher a ocupar espaços de poder. A organização das mulheres dentro do partido deve merecer o maior incentivo da Executiva Nacional, incluindoas nos processos decisórios.

Cabe ao PDT buscar um entendimento da problemática da mulher em nosso país, tanto para elaborar propostas das bandeiras a serem reivindicadas e apoiadas, como estabelecer compromissos claros para quando assumirmos o Poder.

Como já referimos, a crise tem atingido duramente as mulheres brasileiras, colocando-as como área prioritária a merecer atenção de nosso partido.

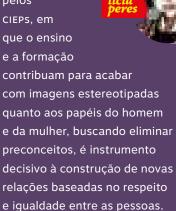
#### O PDT no governo

Urge uma decisão nacional para que os governos eleitos pelo PDT assumam integralmente os compromissos programáticos

com a mulher, através de Conselhos Estaduais e Municipais da Mulher, com status de Secretaria de Governo, nos moldes do Governo Brizola, com a finalidade de assessorar as nossas administrações de todas as políticas públicas em relação à mulher. Tais políticas incluem planos governamentais tais como:

- 1. Atendimento à Saúde Feminina em todas as fases de sua vida, contemplando a mulher trabalhadora e o planejamento familiar;
- 2. De combate à violência contra a mulher, incluindo a criação de delegacias da mulher e uma rede de atendimento especializado à mulher vítima da violência, como albergues, campanhas de esclarecimentos à população feminina sobre os seus direitos etc.:
- **3.** No Trabalho, a fiscalização e a penalização das discriminações que atingem a mulher trabalhadora:
- 4. Na Área Educacional. a implementação de uma educação

igualitária pelos CIEPS, em que o ensino e a formação



**5.** Estes são apenas alguns aspectos onde o PDT poderá afirmar sua coerência e os seus compromissos com o destino histórico de nosso país, lutando para o cumprimento das leis existentes e colocando-se ao lado das mulheres brasileiras na luta pela sua cidadania.





## nossa reverência por termos compartilhado de teus sonhos e utopias

ALCEU COLLARES

ADVOGADO E SERVIDOR
PÚBLICO; FOI DEPUTADO
FEDERAL, PREFEITO
DE PORTO ALEGRE E
GOVERNADOR DO RIO
GRANDE DO SUL.

Lícia Peres – grande liderança no movimento pela Anistia, junto com Mila Cauduro e Therezinha Zerbini – conquistou admiração e respeito dos trabalhistas pela sua incansável luta em defesa do direito dos cassados, ao retorno do sistema democrático de direito e pleno exercício político.

Sua presença em congressos, programas de rádio e televisão, debates e palestras era marcada pela segurança, tranquilidade e profundo conhecimento.

Nosso respeito, carinho e admiração pelo legado de conhecimento e sabedoria da grande companheira Lícia Peres.

Lícia, nossa reverência por termos compartilhado de teus sonhos e utopias.























ESTES NÃO PRECISAM MANS DE AMESTIA



on the course ARRESTAL management on



Press Arestin arrosin, person errostrika









Hill burning

















## o pdt fará jus a seu legado



POMPEO DE MATTOS DEPUTADO FEDERAL (PDT-RS).

Lícia Peres foi uma grande companheira e amiga que encontrei na minha caminhada política. Uma pessoa de convicções: uma mulher cativante e à frente de seu tempo, comprometida com as causas justas que defendia. Nasceu em Salvador (BA), mas se transformou numa qaúcha da melhor estirpe.

No período que atuei como deputado estadual, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, tive a oportunidade de conviver com Lícia Peres, que, na época, integrava aquela que foi – com certeza – a equipe de assessoria mais qualificada que o Parlamento Gaúcho já teve. De fato, com contribuições para o enaltecimento do debate político com a sua elevada envergadura técnica. O trabalho da Lícia e seus colegas era motivo de orgulho de todos os integrantes da nossa briosa e valente bancada.

A trajetória de Lícia foi marcada pela sua posição firme na defesa do Trabalhismo, da anistia política, da luta pela redemocratização e da participação feminina, numa época

que o empoderamento feminino era tema que passava ao largo das preocupações midiáticas. Neste sentido, foi atuante fundadora e ex-presidente da Ação da Mulher Trabalhista do PDT; foi Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do RS (1991/1993); foi representante do Rio Grande do Sul no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1995/1999). Representou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher na "Reunión Subregional de Oficinas Gubernamentales de La Mujer - Seguimiento Beijing+5", organizada pelo Instituto Nacional de La Familia y de La Mujer e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - Banco Central, Montevidéu, Uruguai, em outubro de 1999.

Militante trabalhista que honrou, com sua delicadeza e feminilidade, os quadros do Partido Democrático Trabalhista, ocupando lugar de destaque nos diretórios nacional e rio-grandense. E, dentre as bandeiras que empunhou como socióloga e ativista política, além daquela que a consagrou como protagonista da Anistia – um movimento a quem o saudoso Leonel Brizola se referia ter "rosto de mulher" – em companhia de outras valorosas companheiras, que culminou por permitir a volta de exilados políticos contrários à ditadura instaurada no país a partir de 1964, foi sua atuação em defesa da mulher, um dos pontos cruciais da doutrina trabalhista.

Testemunhamos sua coerência, militando por direitos trabalhistas ao postar-se de forma favorável às investigações de atos de corrupção como assepsia moralizadora.

Lícia Peres tornou-se ícone que personificou a luta justa, as posições firmes sempre a favor das causas mais sensíveis ao Trabalhismo, mulher corajosa, audaz, cuja fibra não permitiu fosse sua doçura feminina turvada.

Que seu exemplo seja fonte de ação eficiente para os integrantes do PDT.

# **troféu** "as mulheres que fazem a diferença"

No dia 25 de março, tive a honra e a alegria de receber o troféu "As mulheres que fazem a diferença" conferido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana.

Foi um momento muito especial para mim que venho, há muitos anos, lutando por essa causa.

Quando ouço, frequentemente, que os defensores de direitos humanos só se preocupam com os bandidos, dou-me conta do quanto essa visão é preconceituosa e injusta. Quem viola a lei merece punição, dentro das regras do Estado de Direito. Ninguém consciente pode defender a impunidade.

Pode-se afirmar, entretanto, que o grau de civilidade alcançado por uma sociedade está relacionado com o estágio em que nela estão assegurados os direitos humanos para o conjunto da população.

O reconhecimento de um conjunto de direitos a ser protegidos como direitos humanos é um poderoso instrumento para afirmar a dignidade de todas as pessoas pela sua condição de seres humanos dotados de razão e consciência.

A mudança de antigos paradigmas não é tarefa simples.



## assim era lícia peres...

Eu, aqui sentada frente ao computador, sentindo o perfume inebriante da minha dama-da-noite, que está florescendo em pleno inverno. Uma maravilha!

Dia tranquilo em casa. Uma benção. Eu precisava de quietude. Há muitos anos tenho esta planta de nome flor-de-maio que desabrocha, anualmente, neste mês. Todos os dias eu a observava para ver se floresceu e nada. Que preguiçosa, pensava. Hoje, para meu contentamento, ela abriu em pequenos botões cor-de-rosa antecipando a beleza que virá.





64

## militante política, defensora dos direitos humanos, feminista!

65



RAUL CARRION
FOI DEPUTADO
ESTADUAL EM DUAS
LEGISLATURAS E
VEREADOR DE PORTO
ALEGRE EM TRÊS
LEGISLATURAS PELO
(PCdoB); PRESIDE A
FUNDAÇÃO MAURÍCIO
GRABOIS NO RIO
GRANDE DO SUL.

No dia 9 de dezembro de 2014, na véspera do Dia Internacional dos Direitos Humanos, tive a honra de conceder – em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a Medalha da 53ª Legislatura à Lícia Margarida Macêdo de Aguiar Peres: a nossa combativa, querida e inesquecível Lícia Peres (1940-2017).

Motivou-me a concessão desta homenagem o reconhecimento da longa, árdua e meritória trajetória desta proeminente "gaúcha honorária", nascida na Bahia, que desde o início de sua vivência no nosso Estado abraçou a causa dos explorados e oprimidos, a luta pelas liberdades democráticas e a luta contra toda forma de discriminação – a começar pela da mulher.

Lícia Peres nasceu em 1940, em Salvador, Bahia, filha única entre dois irmãos, sendo a caçula.

Tendo, em uma viagem a Porto Alegre, conhecido o jornalista e militante político Glênio Peres, apaixonaram-se e algum tempo depois decidiram casar-se na histórica Igreja de São Francisco, em Salvador. Após, Lícia mudou-se para Porto Alegre, em setembro de 1964.

Aqui, fez o curso de Ciências Sociais na UFRGS, onde iniciou a sua militância política, na luta contra a ditadura militar. Filiou-se, então, ao MDB, que naquele momento era a grande frente de todos os que se opunham ao regime opressor.

Em 1975, no Congresso do Ano Internacional da Mulher, realizado no México, a advogada paulista Therezinha Zerbini apresentou documento em defesa da Anistia no Brasil. De volta, criou em São Paulo o primeiro núcleo do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil.

Diante da conclamação de Therezinha Zerbini para que o MFA fosse criado em todo o país, Lícia Peres – junto com Mila Cauduro, Dilma Rousseff, Quita Brizola, Lygia de Azeredo Costa, Angelina Guaragna, Ilza Brams, Enid Backesd e outras combativas mulheres – participou da criação do núcleo gaúcho do *Movimento Feminino pela Anistia*: o segundo a ser constituído no Brasil, tornando-se sua primeira presidenta, de 1975 a 1979.

Por sua abnegação, das 12 mil assinaturas obtidas pelo MFA em todo o Brasil, pedindo a Anistia e entregues ao general Golbery de Couto e Silva, quase a metade foi recolhida no Rio Grande do Sul. O seu lema era: "Lugar de brasileiro é no Brasil".

No início de 1977 – ao tomar posse em seu terceiro mandato de vereador em Porto Alegre, pelo MDB – seu marido Glênio Peres proferiu o *Discurso na Terra do Silêncio*, denunciando as torturas e a falta de liberdade no Brasil. Em punição, a ditadura cassou o seu mandato, usando o Ato Institucional nº 5.

Ambos seguiram a luta, sem esmorecer, em defesa dos Direitos Humanos, pela "Anistia" e pela redemocratização do país.



Lícia Peres logo se destacou como uma pioneira na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e contra qualquer discriminação de gênero. Mulher ligada às lutas do povo, foi Diretora Cultural da Federação das Associações Comunitárias e Amigos de Bairro (FRACAB) do Rio Grande do Sul.

Com o fim da ARENA e do MDB e a possibilidade de criação de novos partidos, Lícia Peres somou-se a Leonel Brizola e a outras importantes lideranças trabalhistas, na fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em 1983, passou a compor a assessoria do PDT na Assembleia Legislativa do RS, onde atuou até 2001.

Em 1985, nas primeiras eleições diretas para Prefeitos de capitais, seu marido Glênio Peres foi eleito vice-prefeito de Porto Alegre, na chapa que tinha Alceu de Deus Collares como candidato a prefeito.

Líder feminista respeitada, Lícia Peres, junto com outras companheiras do PDT – como Sueli Schimith, Marlene Vargas e Dilma Rousseff – fundou e presidiu a Ação da Mulher Trabalhista. Tornou-se, então, a primeira presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher no RS (1991-1993) e representou o Rio Grande do Sul no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1995-1999).

Em reconhecimento ao seu trabalho, recebeu da Câmara Municipal de Porto Alegre, em junho de 1992, o título de "Cidadã de Porto Alegre", a máxima honraria da Casa. Em agosto de 1999, recebeu do governador Olívio Dutra a Medalha Negrinho do Pastoreio, "por relevantes serviços prestados ao Rio Grande do Sul".

Em março de 2000, recebeu da Assembleia Legislativa o Troféu *Mulher Cidadã*, por sua atuação em defesa dos direitos da mulher e no combate à violência. E, em setembro de 2002, recebeu da *Rede Brasil Sul de Comunicação* o Troféu "Gaúcha Honorária 2002".

Entre 2000 e 2009, Lícia Peres integrou a *Comissão do Acervo de Luta contra a Ditadura no RS*, cujo acervo foi posteriormente entregue ao Memorial do Rio Grande do Sul.

Em 2004, Lícia Peres, atendendo a um chamamento do PDT, foi candidata a vice-prefeita, em chapa com Vieira da Cunha. E, em 2010, foi candidata do PDT ao Senado.

De 2005 a 2008, também fez parte do Conselho Diretor da THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. E de 2012 a 2014, a convite do Governador Tarso Genro, foi Conselheira de Direitos Humanos no Conselho Estadual de Desenvolvimento Social.

Por tudo isto, com muita honra, lhe concedi, em 2014, em nome da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a Medalha da 53ª Legislatura!



## a beleza na dimensão da luta feminista e revolucionária!



JUSSARA CONY
EX-VEREADORA EM
PORTO ALEGRE E EXDEPUTADA ESTADUAL

Procuro o início da caminhada, juntas, em lembranças misturadas e intensas dos momentos que vivíamos na década de 70, então alunas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Lícia, nas Ciências Sociais; e lá, também outra mulher referência para nós, feministas: Enid Backes. E eu, na Farmácia. Na UFRGS!

O primeiro espaço de unidade de mulheres como nós, envolvidas já com o significado da emancipação feminina como medida concreta da emancipação geral da sociedade; o que se imbricava, naquele cotidiano, com a luta contra a ditadura militar e pelas liberdades democráticas.

Eram tempos obscuros; dialeticamente, eram tempos de um andar certeiro de mulheres e homens que só temiam pela falta da Liberdade! E, por isto, lutavam!!!

Lícia era a companheira cotidiana – desde que saiu de sua cidade natal, Salvador, para morar em Porto Alegre; de seu marido, o Glênio Peres, vereador cassado em 1977, por seu "Discurso na Terra do Silêncio", em que reafirmava "por homens livres em cidade humana".

Lembro Glênio e Marcos Klassmann, também cassado: referências para todos que nos aglutinávamos neste campo de lutas – do Movimento Estudantil às lutas dos trabalhadores, das mulheres, pelos direitos humanos e pela retomada da Democracia em nosso país.

Penso, quando vislumbro a imagem de Lícia e Glênio, que os momentos vividos em andanças por direitos tinham, neles, a dimensão do que se poderia chamar de "revolucionário amor", pois eram exemplos de doação à causa da libertação de um povo.

Neste andar, da década de 70 até o momento em que Lícia atravessou a fronteira convencionada de vida-morte, meu primeiro lembrar é o das lutas estudantis. Entramos na UFRGS em torno de nossos 30 anos, pelas contingências da vida que escolhemos. Nossas idades diferiam em apenas dois anos. E não haverá, nunca, um último lembrar. Porque há a certeza de que trilhamos espaços de aprendizados mútuos; e de que há uma amizade para além do que convencionamos chamar de eternidade.

A partir do movimento estudantil, eis que chegamos à construção imperiosa do Movimento Feminino pela Anistia, onde Lícia foi nossa primeira Presidenta. E ela nos deixou um legado histórico, ao afirmar, sempre, que "a bandeira da Anistia no Brasil é fruto do protagonismo das mulheres brasileiras". Creio que esta sua afirmação vive em nós neste momento em que afirmamos que "A Revolução será feminista; ou não será!".

E Lícia afirmava, também, que esta bandeira das mulheres

pela Anistia tinha conquistado a consciência nacional, ao se contrapor ao slogan da ditadura militar 'Brasil, ame-o ou deixe-o!' com a palavra de ordem de que "Lugar de Brasileiros e Brasileiras é no Brasil!".

Crescia o Movimento Feminino pela Anistia em todo o Brasil. No Rio de Janeiro, liderado por Therezinha Zerbini; no Rio Grande do Sul, aglutinando muitas de nós, como Quita Brizola, Mila Cauduro, Enid Backes, Olga Araújo, Dilma, Lícia! Eu já era, então, a primeira Presidenta mulher da Associação dos Farmacêuticos do Rio Grande do Sul.

Éramos as feministas: as mulheres da chamada "linha de frente"; as que fundaram a Esquina Democrática.

Alguns anos depois, em plena Campanha das Diretas Já, quando, num arroubo de amor às liberdades democráticas, em cima de um caixote emprestado pelas floristas da Borges, num megafone, bradei: "Nesta esquina, Esquina Democrática de Porto Alegre, nós, as mulheres, mais uma vez fazemos a História – Diretas Já!". E Lícia ali estava! Junto a algumas ainda poucas, mas convictas, mulheres gaúchas!

E, antes do fim da década de 70, chegando aos anos 80, fo-mos fundadoras do Movimento Unificado da Mulher Gaúcha (MUMG), presidido por uma amada lutadora – a professora Julieta Balestro, que representava o CEPERS no Movimento. E Lícia lá, firme e junto com as companheiras da AMT!

Etapa histórica em que – também na antiga FRACAB, nos altos do Mercado Público, no hoje denominado Largo Glênio Peres – muitas de nós, como Lícia, Dilma e tantas outras companheiras dos Movimentos Sociais, Comunitários e Populares, participamos da Fundação do Movimento Contra a Carestia: uma trincheira de luta que trouxe à tona o significado da participação das mulheres por sobrevivência e dignidade.

E seguíamos, sempre! Em cada espaço que necessário fosse para nossa organização por uma sociedade por nenhum direito a menos e muitos direitos a mais.

Assim, construímos um 8 de março unificado e massivo, no Sindicato do Vestuário – em homenagem às mulheres trabalhadoras desta categoria –, onde companheiras que tinham sido presas políticas foram homenageadas, relembrando o significado da luta pela Anistia em nosso país. Lá estava Lícia, entre tantas de nós, a homenagear Iridan Magalhães e Mara Loguércio. Um instante mágico de unidade das mulheres por emancipação,

igualdade e democracia.

E continuamos.

Nas lutas históricas por uma Assembleia Nacional Constituinte Livre e Soberana, Lícia Peres era um dos baluartes das propostas feministas e emancipacionistas, como "cláusulas pétreas", para que se formatasse um verdadeiro Estado Democrático de Direito.

E andávamos! Em mais combativos e seguros passos! Como a criação do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres do Rio Grande do Sul, onde o movimento feminista levou seu unitário e firme apoio àquela mulher que, por merecimento de luta e vida, foi a nossa Primeira Presidenta: Lícia Peres!

Sua gestão foi referência que

ultrapassou as fronteiras do Rio Grande do Sul, pelo exemplo de unidade, amplitude, organização e o fazer político à altura da dignidade das mulheres.

Assim foi Lícia, em todas as etapas deste andar para além de si e, assim sendo, aglutinando pelas causas mais elevadas da humanidade.

Com ela, em todos os meus mandatos e, como Diretora da União Brasileira de Mulheres-RS, tinha a referência cotidiana para traçar e concretizar a política em que a emancipação feminina se constituísse como elemento fundante da emancipação da sociedade. Um aprendizado!

Fomos companheiras-camaradas-irmãs-amigas!

Mas há algo além que – para

mim, mãe-matriarca, já com netos e bisnetos – é a tocante e terna memória viva do amor que Lícia exerceu na sua dimensão mais elevada: o receber de um filho que foi, sei, a maior dádiva de sua vida.

Talvez eu devesse escrever mais do tanto que aprendi e vivi nesta amizade que guardo como uma das mais sinceras e lindas de minha vida. Mas quero poder juntar um pouco do que tive a alegria de conviver e lutar com Lícia, nos tempos em que preparávamos a redemocratização deste país com os tempos do enfrentamento ao neoliberalismo e a coragem de acreditar que elegeríamos um operário-presidente e uma mulherpresidenta, dois pioneiros num sonho que jamais acabará para mulheres como Lícia Peres.

E, chegar aos tempos do hoje – onde vivemos o ultraneoliberalismo na economia, o fascismo na política, o retrógrado nos costumes e o entreguismo da soberania nacional – com a certeza de que a teríamos, na linha de frente, numa luta sem tréguas por unidade e amplitude, a forjar a Resistência!

De nossas últimas conversas, por telefone como ela desejava, deixo o testemunho de sua voz! A mesma voz, como tantas vezes me escutou e aconselhou, da materialização de sua dignidade do ser mulher!

No momento de sua passagem, quando imediatamente fui avisada, estava em minha casa, na produção de um Projeto Poético-Musical denominado "Todas das Mulheres", com poesias minhas musicadas pelo Duo Nossa Música.

E justo no momento em que era musicado o poema denominado "Poeminha"! Silenciamos! Meus parceiros, os músicos Amon Siqueira e Roberto Mauro, e eu! Minhas lágrimas e o silêncio!

Disse-lhes: Agora, este poema será "Poeminha para Lícia Peres"! E pedi a eles que continuassem a musicá-lo!

Ao lado, naquele mesmo instante, com emoção, escrevi "Semente-flor"!

Assim, creio que as melhores formas de dizer do meu amor e de minha gratidão a Lícia, são:

- Primeiro, o citar Mário Quintana: "A amizade é a mais elevada forma de amor!"; e
- Segundo, deixando aqui os poemas que são seus! 🐣

#### Poeminha

Hoje eu queria escrever-te uma Poesia, Bem pequenina! Uma só palavra, sem rima, sem métrica, Sem sutilezas e, tampouco, tristezas! Quem sabe, um Poeminha de alegria? Mas é de saudade essa minha Poesia!

#### Semente-Flor

Ai...

A Vida se esvai da gente!

Mas, se somos semente,

Há que florescer!

Eu, ainda sou flor...

Tu, amada flor,

Linda flor!

Guerreira flor!

Hoje, de novo, semente,

Lícia Margarida!

## intensa vida de militância humanística



JOSÉ WILSON DA SILVA MILITANTE E FUNDADOR DO POT

Foi-me solicitado falar sobre Lícia Peres. Ora, falar sobre uma pessoa que não está mais entre nós é um compromisso; pois, mesmo que não se tenha completa informação sobre sua vida, não se pode dizer

coisas indevidas.

Contudo – como da pessoa de quem falaremos só temos boas referências – temos obrigação de registrá-la com toda ênfase.

Lícia Margarida Macêdo de Aguiar Peres (seu nome completo), em meu conceito, só deixou bons registros: esposa do então jornalista, vereador e vice-prefeito de Porto Alegre, Glênio Peres, com quem teve o filho Lorenzo, foi companheira política que deixou sua marca registrada como militante das boas causas.

Juntamente com mulheres valorosas – Zulmira (Mila) Cauduro, Maria Flor e outras – foi vanguardeira na luta pela anistia política; fundadora do Comitê Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul; e lutadora pela primeira lei de anistia política, nos seus primórdios: quando os órgãos de segurança ainda seguiam e registravam os passos daqueles que sonhavam com dias mais democráticos para o Brasil, após vigência de uma noite de 21 anos de governos discricionários.

Lícia Peres era formada em sociologia, possuía alto grau de consciência humanista, intelectualmente preparada, feminista, militante intransigente na defesa dos direitos humanos. Junto com a anistia, participou da reorganização do então PTB – Partido Trabalhista Brasileiro: partido que fora derrubado do governo e do país pelo golpe militar de 1964.

Registre-se que a ascensão do PTB – em níveis municipal, estadual e federal – foi causa principal para o golpe; já que era defensor de propostas de desenvolvimentos nacionalistas, sociais e populares.

Juntamente com Leonel Brizola e outros milhares de trabalhistas, a grande tarefa era recriar o PTB. Quando Brizola perdeu, no TSE, o direito de preferência à sigla, resolveu fundar o Partido Democrático Trabalhista, num momento em que se vivia grande entusiasmo sob a liderança do último caudilho gaúcho.

Lícia foi elemento importante na fundação da nova sigla: com ela, com Dilma Rousseff, com Maria Flor, com Mila Cauduro fizemos inumeráveis reuniões e trabalhos de organização de Comitês de Bairros para as eleições de 1982.

Teve, durante muitos anos, intensa atividade política; foi candidata a suplente de senadora e ideóloga da sigla. Trabalhou na Assessoria Superior da Bancada do PDT, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Nascida em 31 de janeiro de 1940, em Salvador, Bahia, adotou o Rio Grande do Sul como sua terra; e faleceu em 17 de março de 2017, aos 77 anos de idade vítima de um câncer que poucas pessoas sabiam. Sua despedida foi feita na Câmara de Vereadores da Capital, onde tinha recebido o título de cidadã porto-alegrense.

À Lícia, toda consideração e apreço pela sua intensa vida de militância humanística.



CONHEÇA A HISTÓRIA DO TRABALHISMO COM A SÉRIE:

## memórias trabalhistas

GRANDES NOMES DA DEMOCRACIA DISCUTEM, APRESENTAM E ATUALIZAM A HISTÓRIA DAQUELES QUE LUTARAM PELO BRASIL E SUA VALORIZAÇÃO ENQUANTO NAÇÃO.





# **CURSO COMPLETO** BASEADA NA OBRA DE DARCY RIBEIRO "O POVO BRASILEIRO" Surgimos da confluência, do entrechoque e do

caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos.

Darcy Ribeiro











## HINO DA INDEPENDÊNCIA

Já podeis da Pátria filhos Ver contente a Mãe gentil: Já raiou a Liberdade No Horizonte do Brasil Já raiou a Liberdade Já raiou a Liberdade No Horizonte do Brasil

Brava Gente Brasileira Longe vá, temor servil; Ou ficar a Pátria livre. Ou morrer pelo Brasil. Ou ficar a Pátria livre, Ou morrer pelo Brasil.

Os grilhões que nos forjava Da perfídia astuto ardil. Houve Mão mais poderosa, Zombou deles o Brasil. Houve Mão mais poderosa Houve Mão mais poderosa Zombou deles o Brasil.

O Real Herdeiro Augusto Conhecendo o engano vil, Em despeito dos Tiranos Quis ficar no seu Brasil. Em despeito dos Tiranos Em despeito dos Tiranos Ouis ficar no seu Brasil.

Ressoavam sombras tristes Da cruel Guerra Civil. Mas fugiram apressadas Vendo o Anjo do Brasil. Mas fugiram apressadas Mas fugiram apressadas Vendo o Anio do Brasil.

Mal soou na serra ao longe Nosso grito varonil; Nos imensos ombros logo A cabeça ergue o Brasil. Nos imensos ombros logo Nos imensos ombros logo A cabeça ergue o Brasil.

Filhos clama, caros filhos, E depois de afrontas mil, Que a vingar a negra injúria Vem chamar-vos o Brasil. Que a vingar a negra injúria Que a vingar a negra injúria Vem chamar-vos o Brasil.

Não temais ímpias falanges, Que apresentam face hostil: Vossos peitos, vossos braços São muralhas do Brasil. Vossos peitos, vossos bracos Vossos peitos, vossos braços São muralhas do Brasil.

Mostra Pedro a vossa fronte Alma intrépida e viril: Tende nele o Digno Chefe Deste Império do Brasil. Tende nele o Digno Chefe Tende nele o Digno Chefe Deste Império do Brasil.

Parabéns, oh Brasileiros, Já com garbo varonil Do Universo entre as Nações Resplandece a do Brasil. Do Universo entre as Nações Do Universo entre as Nações Resplandece a do Brasil.





#### WWW.PDT.ORG.BR — WWW.FLB-AP.ORG.BR









#### Cartilhas Trabalhistas nº 21



É uma publicação da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, que busca homenagear personalidades que ajudaram a edificar o Trabalhismo no Brasil.

## FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA-ALBERTO PASQUALINI

### ${\tt SEDE\,NACIONAL-RIO\,DE\,JANEIRO}$

Rua do Teatro, 39 - 2° andar, Centro, CEP: 20.050-190, Rio de Janeiro-RJ Tel/Fax: (21) 3570-5901 — secretaria@flb-ap.org.br **www.flb-ap.org.br** 

#### SEDE BRASÍLIA

SAFS (Setor de Autarquias Federais Sul), Quadra 2, Lote 3, CEP: 70.042-900, Brasília-DF — Tel.: (61) 3224-0791 / 3224-9139